

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA
PÚBLICA

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010**

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Conteúdo

✓ Relatório dos auditores independentes	03
✓ Balanço patrimonial	06
✓ Demonstração do resultado	08
✓ Demonstração das mutações do patrimônio líquido	09
✓ Demonstração dos fluxos de caixa	10
✓ Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

A Diretoria do
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências

éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Entidade, sem finalidade de lucros, obteve parte de suas receitas através de contribuições e doações de terceiros, que somente podem ser identificadas quando dos seus registros contábeis. Nossos exames, nesta área, abrangeram, exclusivamente, o confronto dos valores contabilizados com os respectivos depósitos bancários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31/12/2009

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, cujo balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas apresentadas para fins de comparação, foi conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 07 de abril de 2010, com ressalva, sendo que este assunto esta sendo mencionado nesse relatório de auditoria.

São Paulo, 7 de Julho de 2011



CRC 2SP 023349/O-0

André Eduardo Marcelli

CRC1SP209590/O-5

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em Reais)

ATIVO

	Notas	2010	2009
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	804.328	3.078.713
Créditos diversos	-	2.038	33.168
Tributos a recuperar	-	1.228	2.039
Total do ativo circulante		807.594	3.113.920
Ativo não circulante			
Depósito em caução/judicial	4	40.751	35.247
Imobilizado líquido	5	27.395	34.909
Intangível líquido	6	3.226	3.939
Total do ativo não circulante		71.372	74.095
Total do ativo		878.966	3.188.015
As notas explicativas são integrantes das demonstrações contábeis			

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO

	Notas	2010	2009
Passivo circulante			
Obrigações trabalhistas		73.650	71.204
Obrigações tributárias		22.831	11.143
Contas a pagar		16.857	3.821
Projeto Ministério da Justiça	7	317.298	2.284.479
Total do passivo circulante		430.636	2.370.647
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	4	11.396	-
Total do passivo não circulante		11.396	-
Patrimônio líquido			
Superávit acumulado		817.368	887.120
Superávit (déficit) do exercício		(380.434)	(69.752)
Total do patrimônio líquido		436.934	817.368
Total do passivo e do patrimônio líquido		878.966	3.188.015
As notas explicativas são integrantes das demonstrações contábeis			

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações do superávit/déficit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2010	2009
Receitas			
Doações	9	453.947	721.245
Prestação de Serviços		227.948	14.850
Anuidades		9.721	10.170
Outras Receitas		12.943	14.285
Projeto Ministério da Justiça	6	2.073.661	2.971.756
(=) Total de receitas da atividade		2.778.220	3.732.306
(-) Impostos incidentes		(28.862)	(743)
(=) Receita operacional líquida		2.749.358	(3.731.563)
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas		(1.088.080)	(928.616)
Despesas tributárias		(17.683)	(17.544)
Despesas do Projeto Ministério da Justiça	6	(2.073.661)	(2.971.756)
Outras receitas e despesas operacionais		-	5.733
(=) Total das despesas		(3.179.424)	(3.912.183)
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras		(4.776)	(3.199)
Receitas financeiras		54.408	114.067
(=) total do resultado financeiro líquido		49.632	110.868
(=) Déficit do exercício		(380.434)	(69.752)
As notas explicativas são integrantes das demonstrações contábeis			

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit Déficit do exercício	Total
Saldos em 31/12/2008	541.197	345.923	887.120
Transferência do déficit do exercício anterior	345.923	(345.923)	0,00
Déficit do exercício		(69.752)	(69,752)
Saldos em 31/12/2009	887.120	(69.752)	817.368
Transferência do déficit do exercício anterior	(69.752)	69.752	0,00
Déficit do exercício		(380.434)	(380,434)
Saldos em 31/12/2010	817.368	(380.434)	436.934
As notas explicativas são integrantes das demonstrações contábeis			

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em Reais)

	2010	2009
Das atividades operacionais		
Déficit/Superávit do exercício	(380.434)	(69.752)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
(+) Depreciações e amortizações	9.728	8.087
Decréscimos (acrécimos) em ativos		
Créditos diversos	37.833	(33.168)
Tributos a recuperar	-	(1.015)
Decréscimos (acrécimos) em passivos		
Obrigações trabalhistas	2.445	51.634
Obrigações tributárias	11.688	10.364
Contas a pagar	13.036	3.199
Projeto Ministério da Justiça	(1.967.181)	2.284.479
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(2.272.885)	2.253.828
Atividades de investimento		
Intangível	0,00	0,00
Ativo Imobilizado	(1.500)	(10.666)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.500)	(10.666)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	2.274.385	2.243.162
Caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	3.078.713	835.551
No final do exercício	804.328	3.078.713
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	2.274.385	2.243.162
As notas explicativas são integrante das demonstrações contábeis		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

O “Fórum Brasileiro de Segurança Pública” é uma associação de direito privado, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de idéias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da Sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- ✓ Manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança pública no Brasil;
- ✓ Realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança pública no Brasil;
- ✓ Produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- ✓ Realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- ✓ Articulação de parcerias com Entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- ✓ Outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

São as seguintes principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações contábeis:

Apuração do resultado - receitas e despesas

As receitas oriundas de doações são registradas conforme determina a NBC T 10.19 (Entidades sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Caixas e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "disponíveis para venda".

Imobilizado líquido

É registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 4, reconhecidas no resultado do exercício. Conforme estudo realizado pela Administração da Entidade, não foi aplicado o ICPC 10 e CPC 27, em virtude de não haver impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Intangível

Compreendem ativos (softwares) com vida útil definida e estão sendo amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada (05 anos) e, quando são identificadas

indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é requerida constituição de provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade.

Obrigações trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos.

Passivo circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como provisões para contingências e depreciação do ativo imobilizado. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- a) **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) **Passivos contingentes:** são provisionados para todos os processos trabalhistas que se encontram em instâncias diversas;
- c) **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.3. Pronunciamento contábil com impacto em 2010

No transcorrer de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Contábil destinado a Pequenas e Médias Empresas (PMEs), qualificado como as entidades com faturamento até R\$300.000 mil e ativos até R\$240.000 mil e que não estejam sujeitas a órgãos reguladores. A implementação é obrigatória para o ano de 2010 e facultativa para o ano de 2009.

A Entidade no exercício de 2010 analisou quais seriam os impactos com a adoção do pronunciamento e concluir que não haveria impacto relevante. Sendo assim, os valores de 2009 apresentados na comparação permanecem os mesmos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2010	2009
Caixa	1.075	205
Bancos	13.920	5.771
Aplicações financeiras (a)	789.333	3.072.737
Total	804.328	3.078.713

- (a) As aplicações financeiras representam valores investidos em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos com rentabilidade média equivalente a 100% do DI CETIP "CDI"

4. Depósitos em caução/judiciais

4.1 Depósitos judiciais/Obrigações tributárias

Corresponde a processo judicial relativo a cobrança do ISS. Em virtude da cobrança em duplicidade do ISS sobre a prestação de serviço realizado no Município de Canoas-RS, a Entidade resolveu ingressar com uma ação judicial, solicitando ao juízo a definição do local de recolhimento do ISS (Município de São Paulo/SP ou de Canoas/SP). Ressaltamos que até o presente momento não houve o julgamento.

<i>Descrição</i>	2010
<i>Obrigação tributária - ISS</i>	11.397
<i>Depósitos judiciais</i>	9.769
Total	1.628

4.2 Aplicação Financeira

Trata-se de aplicações financeiras, que representam valores investidos em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos com rentabilidade média equivalente a 100% do DI CETIP "CDI", sendo o saldo contábil em 2010 é de R\$ 30.982,57

5. Imobilizado líquido

<i>Descrição</i>	<i>% - Taxa de depreciação</i>	R\$			2009
		2010			
		<i>Custo</i>	<i>Depreciação</i>	<i>Imobilizado líquido</i>	<i>Imobilizado líquido</i>
<i>Máquinas e equipamentos</i>	10	2.100	(862)	1.238	1.809
<i>Móveis e utensílios</i>	10	19.039	(7.629)	11.410	13.314
<i>Instalações</i>	10	5.013	(1.163)	3.850	4.381
<i>Equipamentos de processamento de dados</i>	20	28.560	(20.292)	8.268	12.446
<i>Equipamentos telefônicos</i>	10	3.301	(673)	2.628	2.959
Total		58.013	(30.619)	27.394	34.909

6. Intangível líquido

Descrição	% - Taxa de amortização	R\$			2009
		2010			Intangível líquido
		Custo	Amortização	Intangível líquido	Intangível líquido
Direitos de uso de software	20	5.519	(2.293)	3.226	3.939
Total		5.519	(2.293)	3.226	3.939

7. Projeto Ministério da Justiça

Durante o ano de 2009, o Fórum Brasileiro em parceria com o Ministério da Justiça iniciou o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à violência, no que tange a estratégias de prevenção da violência entre adolescentes e jovens no Brasil. Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

Descrição	R\$	
	2010	2009
Saldo anterior	2.284.479	-
Repasses recebidos do Ministério da Justiça	-	5.029.449
Gastos com custeio das atividades	(2.073,661)	(2.971.756)
Ingressos (Receitas Financeiras)	106.480	226.786
Recursos recebidos e ainda não gastos	317.298	2.284.479

8. Tributos

8.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit/ (superávit) de acordo com o artigo 174, do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

8.2. PIS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

8.3. COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

9. Provisões para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas.

Baseados na opinião da Administração e de seus assessores legais existem processos que possuem expectativa de perda classificada como possível. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2010, são de R\$ 6.640,45, sendo que, nenhuma provisão foi constituída para, eventualmente, fazer em face de desfechos desfavoráveis dos mesmos.

10. Doações

A Entidade recebeu doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	R\$	
	2010	2008
<i>Pessoas jurídicas</i>	453.817	720.742
<i>Pessoas físicas</i>	130	503
Total	453.947	721.245

11. Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.